

# Entrevista com

Francesca Trivellato\*

IAS | Institute for Advanced Study

U. Princeton

Provocadores: Naira Bezerra e Tomás

Albuquerque



**1. Vamos começar falando um pouco sobre sua jornada. Como e quando você descobriu que seu futuro seria na História? Como sua família e seu contexto econômico influenciaram sua carreira?**

Nunca decidi que “me tornaria uma historiadora”. Até hoje fico surpresa que tenha acontecido. Em retrospectiva, alguém poderia ver um plano onde não havia nada, embora certamente houvesse muitas circunstâncias fortuitas, algumas decisões e algumas pessoas que fizeram a diferença. Nunca escrevi uma biografia e sempre penso nisso quando leio uma que tenha muita coerência com a história de vida de um sujeito.

Cresci em uma família nuclear de classe média em que ambos os pais trabalhavam em tempo integral. Meus parentes por parte de mãe eram prósperos bem-educados e viviam em cidades. Aqueles por parte de pai eram muito modestos e não tinham educação. Alguns tornaram-se camponeses independentes, enquanto outros (incluindo meu avô) deixaram o campo para trabalhar nas fábricas que ficavam no campo. Visitávamos ambos os conjuntos de parentes com bastante regularidade, o que significava nos mover entre dois mundos sociais que tinham pouca relação um com o outro. Você poderia dizer que o tema da estratificação social estava comigo desde a minha infância. Não fui pressionada a estudar nenhum tópico específico, mas havia uma sensação geral de que não era boa em matemática e ciências. Isso provavelmente era verdade, embora às vezes eu me pergunte que papel o gênero e meus professores desempenharam nessa percepção.

\* Importante historiadora da época moderna italiana e europeia, Francesca Trivellato tem feito significante e inovadoras contribuições para nosso entendimento sobre organização e cultura de mercados no mundo pré industrial. Seus trabalhos são pesquisas originais, que se inserem nos campos da História europeia, dos judeus, mediterrânea, micro história e história global, com trabalhos também sobre a prática da escrita histórica. Dentre tantas publicações: *The Promise and Peril of Credit: What a Forgotten Legend about Jews and Finance Tells us about the Making of European Commercial Society* (Princeton University Press, 2019), também traduzida para o italiano; *Ebrei e capitalismo: Storia di una leggenda dimenticata* (Laterza, 2021); *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period* (Yale University Press, 2009), traduzido para o português com o título *Familiaridade entre estranhos: A diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna* (Edições 70, 2020); *Fondamenta dei vetrai: Lavoro, tecnologia e mercato a Venezia tra Sei e Settecento* (Donzelli, 2000). Trivellato é co-fundadora e co-editora da revista *Capitalism: A Journal of History and Economics*. Seus demais artigos e outras produções podem ser encontrados em: <https://albert.ias.edu/handle/20.500.12111/1027>.

Enquanto estava no colégio, me interessei e me envolvi com política (da maneira que adolescente pode fazer). Fui atraída por questões que eram aparentemente distantes: pacifismo, direitos humanos e o movimento antinuclear. Ao contrário da maioria dos meus colegas, não me inscrevi na juventude comunista, embora participasse de suas reuniões. Por alguns anos até me juntei à Anistia Internacional, que foi e continua sendo um anátema para alguns da esquerda, mas que na época eu via como uma alternativa a um certo dogmatismo que ainda existia no partido comunista italiano pós-stalinista. Em suma, a política, o presente, o conflito, a complexidade da vida social e tudo o que estava acontecendo no mundo maior eram importantes para mim, não o passado.

Fiz faculdade na Itália, onde aos 18 anos ou mais era necessário escolher um curso de graduação. Eu estava interessada em muitas coisas, da arquitetura à língua chinesa e especialmente antropologia (uma disciplina que não era ensinada em nenhum departamento específico e raramente em qualquer departamento). O que de fato me atraiu para a história - um tanto intuitivamente, eu acho - foi a sensação de que era uma disciplina que me permitiria equilibrar rigor e imaginação - que é o que continuo a achar atraente. Fiz algumas aulas de economia na faculdade, mas nunca fui suficientemente versada em matemática para me tornar criativa nesse campo, então achei isso muito restritivo. Eu também tive que fazer algumas aulas de literatura, mas o corpo docente era muito convencional em suas abordagens. Em vez disso, alguns dos historiadores que me ensinaram eram muito inteligentes e de mente aberta. Tive uma formação muito boa na faculdade, embora exclusivamente na história europeia e principalmente na história italiana, o que lamento, mas o departamento de história era uma unidade pequena e acolhedora, onde alguns professores conduziam seminários de pesquisa práticos e nos incitavam a questionar o que estávamos fazendo e como o estávamos fazendo. Cada artigo de seminário tornou-se um quebra-cabeça intelectual. Foi assim que fiquei viciada.

No momento, estou trabalhando no conceito de equidade e igualdade na Europa pré-moderna, quando a noção de igualdade jurídica e econômica como a entendemos hoje não existia e quando a equidade significava algo virtualmente antitético ao que significa hoje (a justiça enraizada em "hierarquias naturais" entre as pessoas). Foi meu professor de graduação, Giovanni Levi, quem incutiu a importância desses temas em meus colegas e em mim na década de 1990. Seu ensino tem sido tão produtivo que, trinta anos depois, ainda estou explorando algumas de suas facetas.

**2. Você poderia falar brevemente sobre sua pesquisa mais recente e no que está trabalhando no momento?**

Estou trabalhando em um projeto de médio prazo e outro de longo prazo. O primeiro é em muitos aspectos um subproduto da pandemia da covid-19, no sentido de que tive que interromper o projeto de longo prazo, pois esse requer pesquisas em arquivos italianos e como moro Estados Unidos, no verão passado (2020) não pude viajar para fora do país e neste verão os arquivos italianos permanecem semifechados, apesar do fato de que mais e mais pessoas foram vacinadas e a maioria dos espaços públicos foi reaberta. As escolhas do governo em relação ao patrimônio cultural italiano falam por si: na semana passada, o primeiro navio de cruzeiro foi autorizado a voltar a Veneza (e sabemos como os navios de cruzeiro são perigosos em tempos de pandemia), enquanto o acesso aos arquivos do Estado em Veneza continua severamente restrito, oficialmente por causa dos riscos contínuos para a saúde pública. Dada minha posição acadêmica privilegiada, posso atrasar minha pesquisa arquivística, mas colegas mais jovens, estudantes de doutorado e pós-doutorado, aqueles com empregos precários ou sem estabilidade permanente foram e continuam a ser afetados adversamente pela pandemia em suas atividades acadêmicas. É importante que reconheçamos esse fato e o abordemos institucionalmente.

Voltando à sua pergunta: Meu projeto de médio prazo é uma tentativa de destilar, esclarecer e colocar em uma perspectiva comparativa a pesquisa apresentada nas três monografias que publiquei até agora. Leva a sério a provocação lançada por certos críticos e acadêmicos de esquerda que descrevem o momento atual de extrema desigualdade econômica (e seus corolários políticos) como “neofeudalismo”. Trabalhando com e contra esse slogan hiperbólico, desejo ilustrar o papel da coerção e das hierarquias sociais fixas, mas também chamar a atenção para o espaço de liberdade contratual que existia nas sociedades feudais durante os dois últimos séculos do Antigo Regime. Ainda estou para escrever uma página inteira do que espero que seja um livro relativamente curto, mas meu ponto é que as complexidades do mundo moderno são, em parte, um reflexo das complexidades do passado - assim como o liberalismo não se desfez do legado do feudalismo, o neoliberalismo não o restabeleceu. No passado, como hoje, alguns grupos tinham privilégios especiais, enquanto outros eram submetidos a tratamentos piores, às vezes, paradoxalmente, porque podiam fazer escolhas.

Meu projeto de longo prazo é um estudo quantitativo e qualitativo de um contrato comercial específico, da sociedade em comandita, na Toscana, de 1445 a 1808. Sinto-me atraída por este projeto por suas implicações metodológicas. Sempre que sou questionada sobre a influência da micro história italiana em meu trabalho, respondo que foi uma influência profunda, mas não dogmática. Trabalhar em um projeto quantitativo que se estende por três séculos e meio me dará a oportunidade de mostrar o que quero dizer com não dogmático. Em termos de assunto,

as sociedades limitadas ocupam um lugar de destaque na história dos negócios e da economia. Eles facilitaram os empreendedores na tarefa de levantar capital além de amigos e parentes e protegeram os investidores passivos de riscos excessivos. Por essas razões, historiadores jurídicos e adeptos da nova história econômica institucional tendem a presumir que, como as sociedades em comandita foram, no papel, formas superiores de organização, elas substituíram outras formas de empresas onde quer que fossem legalmente reconhecidas. O caso da Toscana, excepcionalmente bem documentado, prova que isso não é universalmente verdadeiro, mas mais importante ainda, mostra que a pesquisa empírica é necessária para construir modelos e generalizações. Até hoje não sabemos quem utilizou qual tipo de empreendimento e para que fins, não temos respostas para essas perguntas simples porque grande parte da história dos negócios (particularmente a do período pré-industrial) é enquadrada por suposições não testadas e paradigmas de modernização desatualizados sobre a transição de empresas familiares para corporações. Em vez de estudar a migração de formas jurídicas, estudo o uso real de uma multiplicidade de formas jurídicas no mesmo tempo e lugar e pergunto quais fatores (estrutura de parentesco, disponibilidade de informações, barreiras culturais e legais, e assim por diante) levaram a adoção de um ou de outro.

A minha é, em última análise, outra maneira de inserir o estudo do crédito em um contexto histórico. Mas suas potencialidades, a meu ver, vão muito além do local. A literatura sobre a chamada grande divergência, seja entre a Europa e o Leste Asiático ou entre a Europa e o Oriente Médio, até agora marginalizou a história dos negócios ou reforçou a visão orientalista mais antiga segundo a qual na Europa a família cedeu mais cedo do que em outros lugares para laços comerciais impessoais. Minha evidência complica consideravelmente essas visões e permite comparações mais sistemáticas com outras regiões do mundo.

### **3. Um historiador e/ou uma obra que você goste e que pode ter marcado sua carreira.**

São muitos para serem citados, mas gostaria de mencionar dois livros, dois livros muito diferentes, que li na faculdade e que moldaram muito meu trabalho. Uma é a coleção de ensaios de Natalie Zemon Davis sobre a sociedade e religião francesas do século XVI. O volume foi publicado em 1975, mas alguns dos ensaios nele reunidos haviam saído como artigos uma década antes<sup>1</sup>. Havia muito poucos historiadores, muito menos mulheres, fazendo esse tipo de história social na época. Alguns desses ensaios permanecem novos e atraentes até hoje. Eles misturam história e antropologia, abrem espaço para mulheres e gênero, tratam os rituais e travessuras de camponeses analfabetos com seriedade e empatia e desmantelam a teoria de

---

<sup>1</sup> Natalie Zemon Davis, *Society and Culture in Early Modern France: Eight Essays* (Stanford: Stanford University Press, 1975).

Max Weber sobre o calvinismo e a secularização rastreando um grupo de jovens aprendizes nos arquivos de Lyon. Eles são escritos com entusiasmo e usam sua erudição de maneira leve. A cópia quase arruinada do livro que comprei em 1992 é uma prova das várias vezes que li, anotei e ensinei esse trabalho esplêndido.

O outro livro que desejo mencionar foi escrito por um economista e não é uma leitura tão absorvente, mas também foi muito importante para mim: *Markets and Hierarchies*, de Oliver E. Williamson, que, coincidentemente, também foi publicado em 1975<sup>2</sup>. Até hoje ouço colegas das humanidades lamentando o fato de os economistas acreditarem na eficiência dos mercados livres. Na verdade, a maioria dos economistas que ganhou o prêmio Nobel nos últimos anos (incluindo Williamson e outros que estudam, por exemplo, saúde ou emissões de carbono) está interessada nas falhas do mercado e nas interações entre os mercados e as instituições legais ou políticas. Williamson transformou a teoria da empresa desenvolvida por Ronald Coase na década de 1930 na corrente principal da microeconomia e mostrou que, em certos contextos, organizações não competitivas como as empresas são mais eficientes do que os mercados, mas também alertou contra o poder excessivo de certas corporações. Williamson me deu a caixa de ferramentas para entender a dinâmica oculta por trás dos dados de arquivo que eu estava processando quando estudei a indústria do vidro da Veneza pré-industrial.<sup>3</sup> Nunca abracei a nova abordagem econômica institucional até o fim. Na verdade, em meu projeto atual sobre sociedades limitadas, eu o critico, especialmente a versão dele por outro ganhador do Nobel, Douglass C. North, mas eu aprecio seu rigor e achei o envolvimento com bolsas de estudos em economia um aspecto produtivo do meu trabalho - enriquece meu jeito de ser historiadora ao invés de depreciá-lo.

**4. Seu livro “Familiarity of Strangers” foi publicado originalmente em 2009, mas a tradução para o português só aconteceu em 2020. Além das questões editoriais, há algum outro motivo para o atraso?**

Receio que a resposta seja muito mundana, embora fale de tendências mais amplas. Livros acadêmicos como o meu têm um pequeno número de leitores e traduções são empreendimentos caros. Não é incomum que uma editora exija subsídios para fazer estas traduções e conte com a assessoria de seus consultores acadêmicos. No meu caso devo a iniciativa a um colega de Lisboa, o professor Diogo Ramada Curto, quem encontrei no início de

---

<sup>2</sup> Oliver E. Williamson, *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications; A Study in the Economics of Internal Organization* (New York: The Free Press, 1975).

<sup>3</sup> Francesca Trivellato, *Fondamenta dei Vetrai: Lavoro, tecnologia e mercato a Venezia tra Sei e Settecento* (Roma: Donzelli, 2000).

2018 após muitos anos, e à minha possibilidade de conceder um subsídio graças a um fundo de tradução daquela que então era a minha instituição de origem, a Universidade de Yale.

**5. Tem alguma expectativa de como esta publicação em português poderá contribuir para os debates luso-brasileiros sobre a história moderna?**

O mundo acadêmico é menos “global” do que gostaríamos. As tradições acadêmicas nacionais pesam muito sobre como pensamos, escrevemos e ensinamos história. Nos últimos meses tive o prazer de discutir o livro através do Zoom com o público no Brasil. Fiquei positivamente impressionada com o fato de que as questões que ele gerou foram informadas pelo vibrante debate sobre a relação entre a micro história e a história global (em suas formas multivariadas) que tem se desenvolvido nos últimos doze anos. Estou satisfeita em ver que o livro ainda tem algo a dizer e não me importo que, em certos aspectos, tenha sido substituído. Também fui consolada por alguns e-mails que recebi de alunos que trabalham nas redes de comerciantes brasileiros e portugueses na orla do império. Como sabem, os arquivos privados de empresas são escassos, para dizer o mínimo, para o período anterior a 1800, especialmente em Portugal, e poucos têm podido utilizar os registos notariais e judiciais de forma sistemática e criativa. Fico animada se meu livro pode estimular qualquer nova pesquisa que contorne esses problemas de origem. Os debates empíricos e teóricos sobre como os comerciantes construíram "confiança" dentro e entre as comunidades permanecem polarizados e insatisfatórios.

**6. Agora mais especificamente sobre o livro, na página 364 (capítulo 9, ed. Portuguesa, 2020) você afirma que Portugal e Inglaterra foram “os dois países mais envolvidos na exportação do produto [coral] para a Índia” face a esta importante presença portuguesa no mercado de corais mediterrânico, em que medida podemos dizer que as relações entre Lisboa e Livorno não se baseavam na aquisição de corais para o mercado asiático? E quanto isso se verificaria em tempos de guerra e de escassez de prata em Portugal? Este é um mercado secundário para grãos?**

Nem Portugal nem a Inglaterra se envolveram na colheita de corais no Mediterrâneo, que era conduzida por pobres pescadores da Toscana, Liguria, Nápoles, Sicília e Sardenha, bem como por alguns barcos franceses que se aventuraram no brasão da Tunísia. Geralmente, eles pediam dinheiro emprestado aos mercadores para a temporada de pesca de verão, que então adquirem o coral e o enviavam para o exterior. Mas, com exceção da França, que tinha uma

pequena presença colonial no sudeste da Índia (Pondicherry), nenhum dos estados mediterrâneos tinha um império no sul da Ásia, onde o coral era mais procurado. É por isso que mercadores com sede na Itália vendiam coral para Portugal e Inglaterra, os dois países que no século XVIII tinham uma forte presença na Índia. Não temos estatísticas abrangentes, mas sabemos que, ao contrário dos grãos, que se destinavam ao consumo interno, os grânulos de coral eram destinados à reexportação e sujeitos às oscilações da safra marinha tanto quanto à demanda indiana.

**7. Em outra entrevista a um colega brasileiro você diz que não se considera exatamente uma historiadora global. Como a relação entre localismos e interpretações mais globais pode ajudar a entender o mundo atual?**

Uma das razões pelas quais não me considero uma historiadora global é porque não leio e escrevo nenhuma língua não europeia. Embora este não seja um critério universal ou mesmo amplamente aceito para definir quem é afiliado à história global, prefiro deixar a busca dessa abordagem para aqueles que são capazes de acessar e decifrar arquivos não europeus e colocá-los em relações significativas com os de outras regiões. Dito isso, espero escrever um artigo comparativo sobre instrumentos de crédito com um colega que é especialista no Mediterrâneo islâmico medieval. Acredito que colaboração e coautoria são importantes nos dias de hoje, mas também orientei dissertações de alunos de doutorado que têm um alcance global muito mais amplo do que eu e descobri que eles estão mais bem equipados para moldar o futuro do campo do que minha geração de historiadores da Europa.

Claro, em alguns períodos e locais no passado, como hoje, é impossível isolar uma aldeia das conexões globais. Isso se tornou mais verdadeiro depois de 1500 e certamente no continente americano, mas não foi um fenômeno repentino nem abrangente, como muitos notaram antes de mim. “O Príncipe” de Maquiavel é famoso por dizer pouco ou nada sobre o chamado Novo Mundo, embora tenha sido escrito em 1513. Da mesma forma, hoje existem poucas áreas de nossas vidas econômicas e políticas que não são afetadas pelo que acontece fora de nossas regiões ou países, mas nós continuamos a viver em culturas nacionais (e mesmo nacionalistas). Se os Estados-nação perderam poder em relação às corporações, as instituições de governança interestadual dificilmente os substituíram. As políticas e reações culturais radicalmente diferentes à covid-19 (mesmo dentro da União Europeia) são um exemplo disso.

**8. Como você entende o papel da história e do historiador em um momento em que as notícias falsas ganham tanta preponderância e a pós-verdade surge como um novo contexto?**

Meu último livro é sobre “notícias falsas” que moldaram as ideias econômicas europeias sobre finanças privadas por bons dois séculos e meio: a lenda segundo a qual os judeus medievais inventaram letras de câmbio e seguro marítimo<sup>4</sup>. Eu chamo de lenda porque a história é falsa, mas teve uma tração enorme. Portanto, o primeiro ponto que desejo ressaltar é que notícias falsas não são novidade, o que é surpreendente é que hoje temos meios muito mais sofisticados para distinguir entre informações precisas e imprecisas e, ainda assim, estas últimas proliferam. Os historiadores, especialmente nos Estados Unidos, não possuem um status social elevado, por isso é difícil exercer nossa expertise profissional na esfera pública, principalmente para aqueles que não são especialistas da história da nação onde atuam. Caso contrário, seria fácil e importante apontar que os historiadores há muito desenvolveram métodos para determinar o que é "verdadeiro" e o que é "falso". No meu campo de estudo, pode-se citar Lorenzo Valla, que no século XV demonstrou que o papa havia falsificado o documento que usou para reivindicar a soberania sobre o centro da Itália. Valla mobilizou a filologia (o estudo da linguagem) para esse fim. Sua conquista foi um grande negócio, mesmo assim não ganhou força política ... Hoje as pessoas esperam que a polícia nacional e internacional use os instrumentos mais sofisticados para detectar documentos falsos e perseguir criminosos, mas parece mais relaxada quando se trata de mentiras de patentes que alguns políticos e empresas os alimentam.

Claro, os historiadores também sabem que nenhuma narrativa do passado é intocada. Existem documentos falsos e fatos falsos, mas também existem divergências de interpretações e contos do passado que incorporam diferentes pontos de vista. Isso não significa que a história seja intrinsecamente relativística, de forma alguma. Limita-se a reconhecer que, desde tempos imemoriais, a escrita do passado foi inseparável dos conflitos políticos e culturais e ainda é.

---

<sup>4</sup> Francesca Trivellato, *The Promise and Peril of Credit: What a Forgotten Legend about Jews and Finance Tells us about the Making of European Commercial Society* (Princeton: Princeton University Press, 2019). Há uma versão um pouco menor em italiano: *Ebrei e capitalismo: Storia di una leggenda dimenticata*, trad. Filippo Benfante e Francesca Trivellato (Roma: Laterza, 2021).

- 9. Braudel afirmava que "o historiador se apega ao seu tempo, como a terra molhada se apega à pá de um jardineiro". Atualmente, no Brasil, as questões sociais, principalmente aquelas relacionadas ao racismo, advindas principalmente da manutenção de uma elite ainda com pensamento colonial, têm influenciado as pesquisas historiográficas. Em que medida você considera que essa tendência ideológica pode afetar a produção historiográfica, de forma negativa e positiva?**

Sempre fico um pouco preocupada com as versões desta pergunta, porque elas implicam que certas vítimas de discriminação estrutural fazem exigências excessivas. Excessivo em relação a qual padrão? É uma forma de pensar que, no fundo, denuncia um profundo desconforto para com as minorias nas democracias liberais majoritárias. Quando a nação e o nacionalismo eram os tópicos isolados mais importantes da pesquisa e da escrita histórica, poucos os viam como excluindo outros assuntos ou não dando peso suficiente às minorias no âmbito do nacionalismo. Não estou diretamente familiarizada com o que está acontecendo no Brasil. Nos Estados Unidos, o legado do racismo está finalmente se tornando parte do discurso público, mas sempre foi um tópico de estudo acadêmico e instrução em sala de aula. Se hoje o interesse pelo tema é mais intenso, também gera mais pesquisas e não necessariamente um novo consenso. Por exemplo, entre os historiadores econômicos, há um debate animado sobre se a escravidão acelerou ou desacelerou a industrialização. A chamada nova história do capitalismo considera as plantações de algodão nos estados do sul dos Estados Unidos como tendo sido fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo nos estados do norte. Nem todo mundo subscreve esta tese, entretanto, sua aplicabilidade global tem sido contestada. Novas pesquisas sobre o Brasil (país que mais recebia escravos da África) confirmam e atualizam a antiga visão marxista de que as plantações escravistas eram modos de produção paternalistas e ineficientes<sup>5</sup>. Esta é apenas uma área em que o interesse pelo legado do racismo abriu novos caminhos de pesquisa e desencadeou novos intercâmbios interdisciplinares entre historiadores e economistas.

---

<sup>5</sup> Eric Hilt, "Revisiting Time on the Cross After 45 Years: The Slavery Debates and the New Economic History," *Capitalism: A Journal of History and Economics*, 1, no. 2 (2020): 456–83; Nuno Palma, Andrea Papadia, Thales Pereira, and Leonardo Weller, "Slavery and Development in Nineteenth Century Brazil," *Capitalism: A Journal of History and Economics*, 2, no. 2 (2021): 372-426.

**10. Por ser uma publicação universitária e, portanto, especialmente para ser lida por jovens historiadores, que conselho daria a quem está iniciando agora neste caminho?**

Este é um momento de tal crise para as humanidades que não é mais possível construir carreiras, prever a que um curso ou uma decisão nos levará. Paradoxalmente, não adianta tentar ser cauteloso. Claro, os jovens historiadores precisam ser particularmente engenhosos para perseguir seus interesses nesta junção, mas eles também precisam assumir riscos, pensar e trabalhar fora da sabedoria convencional, mesmo quando alguém de uma geração mais velha pode parecer cético. As chamadas guerras históricas entre historiadores sociais e historiadores culturais já passaram. A história global - o mantra da época - é uma abordagem peculiarmente maleável, às vezes até muito ampla, na medida em que pode incluir tendências ideológicas opostas (histórias de celebração de impérios na fronteira, por um lado, e perspectivas pós-coloniais, por outro). Há algo desorientador neste mundo aberto de possibilidades, mas também há grandes oportunidades e recompensas intelectuais para aqueles que desejam sair dos moldes convencionais.

Entrevista concedida em 21 de junho de 2021.